

ABRAPCH e BNDES reúnem-se para revisar financiamentos

Fonte: ABRAPCH

Na última quarta-feira (12), a Associação Brasileira de Fomento às Pequenas Centrais Hidrelétricas (ABRAPCH) se reuniu com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para uma conversa sobre os principais entraves e dificuldades enfrentados pelas CGHs e PCHs no levantamento dos recursos necessários para execução de seus projetos.



Fabio Saldanha, Nelson Fontes, Paulo Arbex, Wagner Bitencourt, Valmor Alves, Ligia Ferreira

Participaram da reunião por parte de ABRAPCH o Diretor *ad-hoc* de Assuntos Comerciais e de CGHs, o Diretor *ad-hoc* de Comercialização de Energia – Fábio Saldanha e o Vice-Presidente do Conselho de Administração – Valmor Alves. O BNDES foi representado pelo seu Vice-Presidente, Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira, pelo Superintendente de Infraestrutura, Sr. Nelson Fontes Siffert Filho, pela Chefe do Departamento de Infraestrutura, Srta. Ligia Barros das Chagas Ferreira e pelo Gerente do Departamento de Energia, Sr. Alexandre Siciliano Esposito.

Após fazer uma breve apresentação da ABRAPCH, suas principais conquistas no segmento de Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e do potencial do mercado, Valmor Alves, Vice-Presidente do Conselho de Administração da ABRAPCH debateu a questão dos preços dos leilões regulados e dos prazos de contratação. “Estamos reivindicando um preço-teto para a fonte de R\$280/MWh e uma flexibilização dos prazos para os Contratos de Compra e Venda de

Energia (CCVEs) com a inclusão de um produto de 20 anos nos leilões. Os prazos hoje são muito rígidos, sempre 30 anos. Hoje os financiamentos beiram 20 anos no BNDES, e há associados que gostariam de ter a flexibilidade de vender no leilão ou no mercado livre a energia dos últimos 10 anos da concessão”.

O Diretor *ad-hoc* de Comercialização de Energia da ABRAPCH, Fábio Saldanha, comentou sobre algumas iniciativas no mercado para se diluir os riscos entre players do mercado e sobre a possibilidade dos empreendedores associados à ABRAPCH formarem um tipo de consórcio para atingir esse objetivo, “o BNDES gostou bastante da ideia e combinamos de avaliar o interesse dos associados em reuniões na ABRAPCH”, explicou Fábio Saldanha.

O Diretor *ad-hoc* de Assuntos Comerciais e de CGHs, Paulo Arbex ressaltou que “o setor de CGHs e PCHs acredita merecer um apoio diferenciado por parte do BNDES porque, além de gerar impactos econômicos e sociais positivos no próprio setor, é a fonte que mais pode contribuir para a recuperação da competitividade da indústria brasileira e a redução do impacto negativo do aumento da conta de luz na renda do povo brasileiro, principalmente dos mais carentes”, e ainda disse que se considerarmos os R\$280/MWh reivindicados pelo setor nos primeiros 30 anos de concessão e a renovação por mais 3 períodos de 30 anos a uma tarifa de R\$35/MWh (tarifa média praticada nas renovações da Lei 12.783/2013) chegamos a uma tarifa média efetiva de R\$96/MWh, que é de longe a mais barata do mercado” e questionou “imaginem qual seria a tarifa de energia elétrica no Brasil se não contássemos com os mais de 12.000MW de energia hidrelétrica renovados a média de R\$35/MWh para contrabalançar os 15.000MW de térmicas à custos de R\$500 – R\$1.000/MWh?”.

Valmor Alves adicionou que as CGHs e PCHs não demandam para sua instalação nenhum custo indireto a ser pago à parte pela sociedade brasileira e não computada na tarifa de geração, como por exemplo, a construção de Centrais de Conexão (ICGs) de aproximadamente 4.000km das eólicas, os linhões de aproximadamente 5.000km de Belo Monte, de Jirau e de Santo Antonio, etc.

Os representantes da ABRAPCH ponderaram que a tarifa de R\$280/MWh é necessária por que os empreendedores de CGHs e PCHs e Usinas Hidrelétricas (UHE) tem apenas 30 anos para amortizar seu investimento, enquanto outras fontes podem renovar indefinidamente suas autorizações e continuar vendendo livremente sua energia a preços de mercado.

Os representantes da ABRAPCH ponderaram que o custo da energia hidrelétrica é muito sensível aos custos e prazos de financiamento e a nível de alavancagem e que a tarifa

reivindicada de R\$280/MWh poderia ser reduzida caso o BNDES pudesse apoiar o setor com financiamentos mais longos, mais baratos ou com maior grau de alavancagem.

Paulo Arbex, comentou que, apesar de o BNDES disponibilizar suas linhas para prazos de até 20 anos, os bancos agentes tem dificuldade de chegar sequer a 10 anos e mesmo para prazos reduzidos cobram um spread adicional que tira muito a competitividade da fonte, “o spread adicional é proibitivo para quem não tem escala.

Valmor Alves ainda citou a necessidade de taxas abaixo das grandes usinas, e acrescentou que o setor paga no mínimo 30% a mais de custo de capital que os grandes empreendimentos hidrelétricos. “O BNDES não aceita tratar diretamente um empreendimento com um ticket abaixo de 100 milhões de reais, então vamos ver o que podemos fazer a respeito”, acrescentou.

Foi sugerida também pelos representantes da ABRAPCH a promoção de pelo menos dois leilões por ano de energia, um por fonte e outra por submercado, e também sobre a possibilidade de criar níveis de segurança para o mercado livre. “É importante que o banco se sinta confortável com os CCVEs do ambiente livre, não apenas do regulado, e que pudesse trabalhar com CCVEs mais curtos, contanto que houvesse um compromisso financeiro ou algum outro tipo de seguro.”, disse Valmor, “o ideal seria, por exemplo, que ao trabalhar com um CCVE de cinco anos do mercado livre, ter pelo menos seis meses para apresentar outro CCVE.”, completou.

Segundo Fábio Saldanha, a proposta de viabilizar dois leilões anualmente foi bem aceita pelo vice-presidente do BNDES. Outro assunto tratado foi sobre o seguro que se tem hoje, o Completion Bond, que garante ao financiador que o projeto entrará em operação, ou que o valor financiado será devolvido aos cofres do banco caso o projeto não seja concluído. Ou seja, com o projeto pronto, o financiador tem a garantia dos recebíveis do contrato de fornecimento e o próprio empreendimento passa a ter um valor de mercado.

O BNDES foi receptivo às ponderações e propostas da ABRAPCH e definiu a criação de um grupo técnico de estudos para avaliar melhor as dificuldades de financiabilidade das CGHs e PCHs com agendamento de uma reunião de trabalho no dia 01/10/15 entre o BNDES e a ABRAPCH para discutir sobre os diversos itens relevantes para a viabilização de financiamento de PCHs e CGHs.

Os representantes da ABRAPCH sugeriram a criação de uma plataforma de cadastro online, para que o próprio sistema pudesse analisar algum índice de cobertura e outras questões que podem aparecer posteriormente. Essa plataforma facilitaria o acesso de quem quer acessar diretamente o BNDES, sem intermediários.

Durante a reunião foi debatido o Programa de Investimento em Energia Elétrica, que foi lançado no último dia 11, em Brasília, com a participação da Presidente Dilma Rousseff, do Ministro de Minas e Energia Eduardo Braga, pelo presidente da EPE Maurício Tolmasquim e pelo presidente do BNDES Luciano Coutinho. Durante a cerimônia de lançamento, anunciou-se um plano de investimento de cerca de R\$185 bilhões de reais em projetos de geração de energia. Levando isso em conta, foi solicitado em nome da ABRAPCH que o BNDES pondere os 1500 w que o governo pretende colocar em operação até 2018 e reserve pelo menos R3 bilhões por ano para os projetos de PCHs. Essa reserva é importante para que o empreendedor não comece o seu empreendimento e termine sem que a verba apareça, problema comum no mercado. “É um plano bem arrojado no nível de metas de produção de eletricidade do país, por isso, é importantíssimo o BNDES estar preparado e ter recursos para isso”, finalizou Valmor Alves.

O próximo passo agora para a ABRAPCH é elaborar uma Nota Técnica até o final desse mês, pontuando todos os assuntos discutidos nessa primeira reunião do BNDES, alinhando as possibilidades de financiamento com CCVEs, dos leilões e das possibilidades de se atuar com mecanismos via Mercado Livre.